

Educação, trabalho, formação e subjetividade, **de Elaine Dal Mas Dias; Ivanise Monfredini e** **Rosemary Roggero (Org.)**

São Paulo: Xamã, 2010. 126 p.

Maria Elizabet Lautert de Souza

Mestranda em Educação e Pós-graduada em Formação
 de Docente para o Ensino Superior – Universidade Nove de Julho;
 Psicóloga Especialista em Saúde e Trabalho pelo Hospital das Clínicas
 da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – ICHC-FMUSP;
 São Paulo, SP – Brasil.
elizabet.lautert@uol.com.br

Trata-se de uma coletânea de artigos produzidos por educadores comprometidos com a análise crítica dos processos sócio-históricos que resultam na realidade atual, abordando os efeitos das reformas na educação ditadas pelo sistema capitalista. Em suas análises são contemplados os aspectos da cultura e da sociedade e suas consequências na formação de estudantes de todos os níveis de ensino, na formação para o trabalho e as influências sobre a subjetividade desses sujeitos.

Com prefácio do professor Antônio Joaquim Severino, que destaca o valor da contribuição dessa obra,

[...] os trabalhos aqui reunidos traduzem os esforços de seus autores em nos fornecer valiosos subsídios para a consolidação da concepção e da prática de uma educação efetivamente emancipadora. E assim trazendo precioso enriquecimento para todos nós, os seus leitores. (p. 8).

No primeiro artigo, intitulado “O mal-estar e a pseudoformação do indivíduo contemporâneo”, de Rosemary Roggero, são abordados aspectos que atemorizam o homem atual, causando mal-estar, bem como as exigências cada vez maiores de qualificação para um mercado de trabalho que se transforma de acordo com a lógica do capital. Para compor sua reflexão, a autora recorreu às obras de Freud, Adorno, Horkheimer e Marcuse estabelecendo entre eles uma conversa cujos temas foram a qualificação para o trabalho, as reformas educacionais, a formação cultural e sua influência na subjetividade, no atual momento do capital. De acordo

com a autora, Adorno e Horkheimer ao dialogar com Freud, apontam para a questão da consciência emancipatória, categoria-chave na reflexão que propõe. Ao analisar a historicidade da cultura e como se dá o movimento civilizatório pode-se visualizar as diferenças entre os povos, seus tempos, valores e processos. No panorama atual, “[...] o sucesso [...] é medido por parâmetros do poder que se estabelece [...]” (p. 16) que tem sua medida no cacife do capital, mas também “[...] nos jogos de linguagem e de discurso [...]” (p.16) que visam a manutenção do próprio poder. Essas relações de poder são cobertas por uma opacidade que acaba por tornar transparente a ideologia que as sustenta. Pondera a autora que o conhecimento foi transformado em mercadoria de tal forma que “quase tudo” pode ser significado como cultura, trazendo uma contribuição de Adorno. Essa cultura administrada é fruto de um contexto funcional da sociedade em que a liberdade é apenas pensada. A autora traz para essa conversa também a contribuição de Marcuse que “[...] reconstruiu o percurso histórico que resultou na separação contemporânea entre cultura e civilização [...]” (p.19), fazendo com que pareçam opostas entre si.

Segundo Roggero, nesse panorama em que esclarecimento, pseudocultura, trabalho e formação estão calcados na “ideologia da competência”, em que o “eu” é afirmado na mesma medida em que é negado, o sistema de dominação atinge também o dominador. Seu texto é permeado pelo convite àqueles que atuam com educação, para uma autorreflexão que permita, tendo consciência da crueldade e da frieza da vida, resistir a elas e “não naturalizá-las”. (p. 19-20).

No segundo artigo, intitulado “Silenciamento da cultura e na cultura: trabalho e formação de professores”, de Ivanise Monfredini e Maria do Carmo Lofti, as autoras discorrem sobre as mudanças ocorridas em uma escola, um ginásio voltado basicamente para a educação de estudantes trabalhadores, desde sua fundação, na década de 1950, até os momentos atuais. Em sua análise foram considerados aspectos da cultura escolar, da formação dos alunos, do trabalho docente e de influências sofridas no processo das reformas decorrentes das políticas educacionais “neoliberais”. A partir dos depoimentos colhidos pela história oral de ex-professores e ex-alunos, bem como da consulta a documentos e acervo da escola, puderam verificar as transformações que se deram nesse período. Nas palavras das autoras (p. 29), “Nesse texto ressaltamos o lento processo

havido no tempo da extinção da cultura ‘comunitária’ que caracterizou a escola pesquisada nos seus primeiros vinte anos de funcionamento e a formação de uma ‘cultura do silêncio’”. Havia uma preocupação com a ‘formação moral’ dos estudantes que “incluía o acolhimento e o cuidado físico e emocional dos alunos”, sem, contudo, prejudicar a disciplina e a aplicação de castigos; mantinha-se o ‘lugar de autoridade’ dos professores e da direção. (p. 36). Na década de 1970 começou o declínio desse clima devido a fatores, identificados pelos professores, com as mudanças de prédio, de população atendida, de diretoria e de gestão. A cultura passou a ser claramente ter sucesso no vestibular como fim único em si. Embora já existisse essa vocação da escola, pois se tratava de estudantes trabalhadores, os professores tinham espaço para realizar um trabalho que visava a formação intelectual afetiva e moral dos alunos. De acordo com as autoras, o silenciamento se deu, entre outros motivos, pela quebra dos vínculos de confiança, pelas pressões exercidas pelo processo social, pela precarização do trabalho e da profissão docente.

No terceiro artigo, intitulado “Cenários da indisciplina: a subjetividade como pano de fundo”, de Elaine Dal Mas Dias, Regina Loureiro Caroni e Priscila Mota Vasconcelos, as autoras abordam a indisciplina escolar. Suas considerações partem da análise de estudos realizados nos últimos anos sobre o tema à luz da Teoria da Complexidade, de Edgar Morin. Segundo as autoras, a contribuição do pensamento complexo na investigação e análise das causas e efeitos da indisciplina, permite compreender que o problema envolve aspectos mais amplos dos que em geral têm sido identificados nas discussões sobre o tema, colocando como pano de fundo, mas também em destaque, as subjetividades envolvidas, tanto de educandos como de educadores. O que se passa no mundo externo do sujeito, assim como o que acontece no interno, são causas e resultantes uns de outros e não podem ser dissociados, despregados. Atribuir a indisciplina apenas a fatores externos ao sujeito indisciplinado, como por exemplo, sua família, assim como fazer o mesmo alegando apenas aspectos de comportamento consequentes de características pessoais do indivíduo é tão reducionista como esquecer o outro lado da relação com o aluno, que é a escola e tudo o que lhe compõe. As autoras ao fazer uma análise de estudos publicados encontraram diferentes olhares sobre a questão. Ao final de sua reflexão, indicam como caminhos possíveis para o enfrentamento da in-

disciplina aqueles que privilegiem uma visão que passe pelo institucional, pelo grupal, vá ao nuclear buscando identificar todas as implicações que possam existir nessa tessitura. Sendo que um desses caminhos possíveis para enfrentar a indisciplina “é a conscientização de docentes, discentes, coordenação, direção e membros auxiliares de que algo a estimula e a desencadeia, especialmente ao se cercear a criatividade, a arte e a poesia, e suprimir a ilusão, a fantasia e a subjetividade que deveriam abarcar os afazeres e os atos escolares”. (p. 62). Para as autoras vale destacar que os estudos analisados destacam a importância da subjetividade, de “[...] como são tratados educadores e educandos.” (p. 62).

No quarto artigo, intitulado “Fracasso escolar nas séries iniciais: resgate de algumas perspectivas de análise”, de Maria de Fátima da Cunha e Elaine Dal Mas Dias, as autoras se propuseram a fazer “um resgate histórico das principais pesquisas realizadas nas décadas de 1980 e 1990 para situar melhor a questão do fracasso escolar devido aos problemas de aprendizagem nas séries iniciais (leitura e escrita).” (p. 65). Os motivos para as dificuldades de alfabetização indicados por esses estudos vão desde fatores externos, como a educação inadequada e a falta de limites, passando pela própria escola, até causas internas variadas, como também dificuldades de conceitualização da própria criança, apenas para citar alguns. De acordo com as autoras as pesquisas apresentam diferentes causas para explicar o fracasso escolar, mas todas as variáveis devem ser consideradas e analisadas em conjunto, pois tomadas separadamente ignoram o fato de tratar-se de um “[...] ser biopsicossocial e histórico.” (p. 69). Destacam que, em geral, as ações propostas diante do fracasso escolar estão focadas no aluno quando o problema pode estar justamente na escola. As autoras apresentam um projeto que foi desenvolvido com crianças das primeiras séries trazendo significativos resultados. A proposta é uma contribuição que poderá ser utilizada por “professoras como ferramenta para facilitar e permitir à criança o acesso e a apropriação da leitura e da escrita [...]” (p.79) desde que para tanto elas possam dispor de apoio quanto a disponibilidade de material, recurso e tempo de preparação. Concluem ponderando a respeito da complexidade do problema – fracasso escolar, e sobre a importância de mais estudos “[...] multidisciplinares, trabalhos em equipe, diálogos, em que cada área [...] dê sua contribuição”. (p. 79).

No quinto artigo, intitulado “Violência simbólica no espaço escolar: da prevenção à intervenção no *bullying* e *ciberbullying*”, de Ivone Pingoello e Leonor Dias Paini, as autoras partem de considerações sobre a violência em seus aspectos mais amplos na sociedade atual e que incluem a desigualdade social e o crescimento de fatores que geram sentimento de insegurança. É a sociedade da insegurança que está produzindo um crescimento da violência que adentra os muros das escolas, de várias formas, entre elas o *bullying* e o *ciberbullying*. De acordo com as autoras, Pingoello e Paini, a violência simbólica é o “[...] processo pelo qual a classe que domina economicamente impõe sua cultura, seus hábitos, sua forma de pensar e ver as coisas aos dominados.”(p. 84). Decorre daí a “[...] interiorização da cultura dominante [...]” em uma réplica das relações do mundo do trabalho em que o dominado não se rebela por considerar a “[...] situação natural e aceitável.” (p. 84). As autoras apresentam um panorama com dados sobre o *bullying* em número de vítimas e formas de violência que ocorrem no espaço escolar. Trazem a evolução do conceito até sua definição atual. Discorrem sobre diferentes formas de *bullying*, tipos de vítimas e agressores, e enfatizando que nem toda a forma de violência pode ser considerada como *bullying*. Este envolve aspectos como a repetição dos atos agressivos para com a mesma vítima e o desnível de poder entre o agressor, ou grupo de agressores e a vítima. O *ciberbullying* surgiu em virtude da expansão dos meios de comunicação virtuais graças ao desenvolvimento da tecnologia. Seu efeito é devastador também pela velocidade em que se alastra, expondo a vítima a humilhações por meio de redes sociais, mensagens em celulares, que podem conter imagens além de comentários. Destacam a importância da prevenção, da mediação e da intervenção de adultos para que haja uma mudança no cenário. Indicam providências que podem ser tomadas tanto pelas vítimas como pelos familiares. Convocam os educadores envolvidos, tanto com as vítimas como com os agressores, a tomarem atitudes diante da situação de modo a revertê-la. Deixam um alerta para que não seja desenvolvido um pensamento de que são atitudes normais, para que a situação não se naturalize como tem ocorrido em muitos casos, com a banalização da violência.

No sexto artigo, intitulado “Uma proposta pedagógica a partir de imagens”, de Cleide Almeida e Marcelo Gassul Treguer, os autores apresentam parte de resultados de uma pesquisa que tem como propósito pro-

vocar reflexão sobre o cotidiano da escola por meio de histórias ilustradas. Construíram uma história em que tomaram como ponto de partida ideias de Edgar Morin (2001, p. 21) sobre as diferenças entre “uma cabeça bem cheia” e “uma cabeça bem feita”. Com base nessas características foram criados dois dos personagens que vivem o cotidiano da escola, assim como os demais que representam tipos e situações comuns ao contexto escolar. Em sua análise da sociedade atual discutem os aspectos de ser, ter e ver como formas de existência. No que concerne ao ser e ter na sociedade contemporânea, indicam a associação entre o indivíduo ser aquilo que possui e o que consome. Ponderam sobre esse momento da sociedade em que ter e ver “[...] são muito próximos na medida em que se concentram em torno de mercadorias e coisas.” (p. 100). É uma sociedade visual marcada por diversas formas de imagens como modo de comunicação e identificação dos indivíduos no seu dia a dia. O questionamento dos autores se volta para as possibilidades de orientar, sensibilizar, apurar o olhar dos jovens em relação às tecnologias de maneira que as múltiplas informações possam ser transformadas em conhecimento. Indagam-se também em como propor “um processo e uma dinâmica de aprendizagem que lhes permita exercer uma leitura crítica desta profusão de imagens [...]” (p. 102).

Esse processo envolve alunos e professores e indica distâncias a serem reduzidas pela ampliação do olhar e da disponibilidade de atitudes. Concluem os autores que “o texto ilustrado pode ser muito acolhedor junto aos jovens e possibilitar uma ponte e diálogo com o texto escrito.” (p. 106). A leitura “emerge como um ponto importante tanto na formação de nossos alunos como na dos professores: a leitura das multimídias.” (p. 106).

No sétimo e último artigo, intitulado “O estado da arte sobre o Programa Universidade Para Todos (Prouni)”, de José Ângelo Ferreira, Izabel Petraglia, Priscila Cristina da Silva e Raphael Henrique de Souza, fechando essa coletânea, os autores apresentam um mapeamento de teses e dissertações, sobre o tema Prouni, realizadas entre os anos de 2006 e 2010 no território nacional com base nos dados do Banco de Teses da Capes e de diversas Instituições de Ensino Superior do país. Nos trabalhos pertinentes ao tema os autores investigaram, além de aspectos metodológicos, como se deu a distribuição dos mesmos em termos de produção de teses e dissertações, a cada ano e em cada região do país. A

partir de sua análise construíram categorias e dessas privilegiaram a que se refere à inclusão social e profissional. Os autores ponderam que embora o debate sobre ações afirmativas seja complexo, haja vista a dificuldade de conceituar o termo inclusão, que traz em si a própria exclusão, o Programa tem aspectos positivos. Entre outros, a “democratização do acesso ao ensino superior” que já dá seus primeiros passos na direção de “[...] desmistificar o que cada indivíduo traz como indicador, suas características de cor da pele, sexo, classe social de origem, [...]” (p. 118) sendo que muitas vezes estas características podem determinar condições, ou não, de acesso ao trabalho e educação superior. Concluem que dentre as variáveis das pesquisas mencionadas em seu texto podem ser indicadas as considerações de que o “Prouni traz um ganho de capital social, facilita o acesso ao mercado de trabalho, combate a desigualdade e, portanto, contribui para a ascensão social do aluno.” (p. 123).

Concluindo, essa obra traz importantes contribuições no âmbito das questões da educação, do mundo do trabalho, das questões sociais e culturais envolvidas em todo o processo da formação dos sujeitos estudantes e trabalhadores.